

A CIDADE DE SÃO PAULO: MUDANÇAS NA ECONOMIA METROPOLITANA

Ricardo Carlos Gaspar ¹

Resumo: O presente texto aborda aspectos econômicos e políticos relevantes derivados da nova morfologia do grande aglomerado urbano que constitui São Paulo, cuja configuração atual adquiriu expressão a partir do último quartel do século passado. Na primeira seção, recuperamos alguns condicionantes históricos relacionados às políticas de ajuste recessivo dos anos 1980-90 e suas implicações no Brasil e na região metropolitana paulista. Logo, identificamos as principais dinâmicas metropolitanas associadas à globalização e suas manifestações em São Paulo, para, na sequência final, analisar mais de perto as novas determinações que se desenham na região metropolitana de São Paulo, produzindo como resultante o reforço de sua centralidade, daí extraindo algumas conclusões gerais para construir uma política de desenvolvimento regionalmente equilibrada no Brasil.

Palavras-chave: economia metropolitana; desenvolvimento regional; cidade de São Paulo.

THE CITY OF SÃO PAULO: CHANGES IN THE METROPOLITAN ECONOMY

Abstract: The present article discusses relevant economic and political characteristics derived from the new morphology of the great urban agglomerate that constitutes São Paulo, whose actual configuration has obtained expression since the last quarter of the past century. The first section recovers some historical conditions related to recessive adjustment politics of the years 1980-90 and their implications in Brazil and São Paulo metropolitan region. Then, we identify the principal metropolitan dynamics associated to globalization and its manifestations in São Paulo. Finally, in section 3 we proceed to a closer analysis of the new determinations producing effects in São Paulo metropolitan region, strengthening its centrality, and express some general conclusions aimed to formulate a regionally balanced development policy in Brazil.

Key-words: metropolitan economy; regional development; city of São Paulo.

JEL: R11; R12; R58.

¹ Professor-Doutor da Faculdade de Economia, Administração e Atuárias da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (FEA-PUCSP) e Coordenador do Curso de Especialização “Economia Urbana e Gestão Pública” (COGEAE-PUCSP). O autor agradece a colaboração do economista Fernando José de Campos, da Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo da Prefeitura de São Bernardo do Campo, na elaboração do material gráfico deste artigo.

Recebido em 01/06/2011. Liberado para publicação em 16/11/2011.

Introdução

A maioria dos investigadores urbanos na atualidade concebe as (grandes) cidades como a escala relevante na qual os atributos globais da economia contemporânea são concebidos e materializados. Na realidade, o âmbito econômico, político e social das modernas metrópoles (as “megacidades”) continuamente transcende os limites de jurisdições locais, usualmente referenciados aos centros da cidade-núcleo (*downtown city core* ou *central business district*), os quais têm sido o ponto focal dos estudos tradicionais de economia urbana.

A contínua regionalização dos centros urbanos acompanha as profundas transformações da economia contemporânea, sobrepondo – quando não substituindo – o papel industrial originário das cidades pelo aprofundamento de suas características terciárias. A cidade de São Paulo é um bom exemplo das tendências atuais da economia globalizada e seus impactos em urbanidades compactas, historicamente constituídas em função da indústria, em países em desenvolvimento. Contudo, aqui o setor manufatureiro *não* é deslocado pelos serviços. Mais precisamente se observa uma profunda reestruturação da economia urbana, reconfigurada e relocada majoritariamente no espaço regional de entorno a cidade de São Paulo e seus limites metropolitanos originários. Constitui uma nova espacialidade urbana, conectada com os processos de reestruturação produtiva, com a disseminação das tecnologias de informação e comunicação, e com a hegemonia do capital financeiro e suas interações com o capital imobiliário – rumo ao qual grande montante do excedente financeiro da economia mundializada é direcionado.

Não obstante, é preciso sublinhar que a reestruturação da indústria no Brasil sofre, já há alguns anos, os efeitos prejudiciais da sobrevalorização cambial, o conseqüente aumento das importações, bem como de um insuficiente dinamismo na incorporação de inovações de processos e produtos. O presente artigo não analisa tais perspectivas, porem sim reconhece que, no médio e longo prazo, semelhante situação pode exercer influência duradoura negativa sobre a configuração produtiva regional e nacional.

Com a adoção das premissas anteriores como tela de fundo, o presente texto aborda aspectos econômicos e políticos relevantes derivados da nova morfologia do grande aglomerado urbano que constitui São Paulo, cuja configuração atual adquiriu expressão a partir do último quartel do século passado. Após esta introdução, na primeira seção recuperamos alguns condicionantes históricos relacionados às políticas de ajuste recessivo dos anos 1980-90 e suas implicações no Brasil e na região metropolitana paulista. Logo, identificamos as principais dinâmicas metropolitanas associadas à globalização e suas manifestações em São Paulo, para, na seção 3, analisar mais de perto as novas determinações que se desenham na região metropolitana de São Paulo, produzindo como resultante o reforço de sua centralidade, e daí extrair algumas conclusões gerais para a materialização de uma política de desenvolvimento regionalmente equilibrada no Brasil.

1. Aspectos históricos remotos e recentes

A primazia urbana que leva à atual centralização metropolitana encontra eco profundo na realidade da América Latina, pois, aqui, a projeção do mundo europeu, mercantilista e burguês fez com que, a partir do século XVI (sobretudo em sua porção hispânica, e mais tarde na América portuguesa), as cidades assegurassem a imposição da cultura europeia, dirigissem o processo econômico e delineassem o perfil das regiões sobre as quais exerciam influência – no limite, toda a área latinoamericana (Romero, 2009: 41-2). Os espanhóis acentuam o caráter da cidade como empresa racional, enquanto os portugueses, norteados por uma política de feitorias, de que só se desapegariam no século XVIII, criaram cidades irregulares, adaptadas ao quadro da natureza costeira (Holanda, 2006: 95-9). Porém o papel centralizador urbano se reforçou continuamente ao longo de toda a história do subcontinente.

A eclosão sócio-demográfica, que remete à Revolução Industrial e que, na América Latina, está associada à massificação provocada pela intensa migração rural-urbana de fins do século XIX e as primeiras décadas do XX, tem provocado – como em todo o mundo –, radicais transformações no cotidiano das populações, assim como em suas formas de sentir e pensar.

Algumas dessas alterações foram para pior: os serviços públicos se tornaram mais deficientes, as distâncias mais longas, o ar mais impuro, a psicologia social extremamente tensionada, as desigualdades exacerbadas, os ruídos mais ensurdecedores. “Mas ninguém – ou quase ninguém – quis nem quer renunciar a cidade. Núcleos de concentração de forças, as cidades exerceram cada vez mais influência sobre a região e o país” (Romero, 2009: 364). Viver nela se transformou em um direito, “o direito de desfrutar dos benefícios da civilização, de gozar do bem estar e do consumo, quiçá o direito de submergir em um determinado estilo excitante de alienação” (*idem, ibidem*). Há que agregar: “viver nela” quer dizer, pelo menos, “sob seus influxos”, pois a excessiva densificação e os altos índices de urbanização em muitas regiões do mundo levam ao crescimento das cidades médias, as quais vivem, em grande medida, sob o poder gravitacional das metrópoles.

No Brasil, os impactos das políticas de ajuste macroeconômico aplicadas no Brasil a partir do início da década de 1980 foram sentidos em profundidade, particularmente na região metropolitana de São Paulo (RMSP). Os planos de austeridade incidiram fortemente sobre uma estrutura produtiva diversificada e integrada, erigida de forma contínua, com decidido apoio estatal, entre 1930 e 1970. Nesse período, a atualização histórica do país foi rápida, em termos internacionais, resultando em incremento demográfico, expansão e diversificação do consumo, elevação dos níveis de renda e difusão dos meios de transporte modernos (automóvel e transporte de carga por rodovias), junto a uma divisão do trabalho muito mais complexa. Na esfera regional, a pesada herança colonial de desigualdades foi reproduzida sob as novas condições, com a região Sudeste – e, em parte, a Sul – se distanciando do resto do Brasil em todos os indicadores de comportamento econômico, geração de empregos e qualidade de vida. A urbanização brasileira seguiu ritmo acelerado, concentrando gente e recursos em metrópoles e cidades médias, em escalões seletivos do território nacional. O país só conseguiu superar, em boa medida, a grave crise das duas décadas finais do século passado na segunda metade dos anos 2000. O Brasil emerge do abalo bastante modificado em relação aos parâmetros vigentes ao longo da maior parte do século XX, tanto na ação do Estado, quanto na organização produtiva e na composição social predominante. Nesse contexto, do ponto de vista territorial,

coloca-se de relevo a centralidade urbana, a qual, no Brasil contemporâneo, “se estende para além das cidades grandes e médias, estruturando espaços regionais amplos e diversos” (Brasil, 2008: 49).

O padrão histórico do desenvolvimento brasileiro ocorreu sempre de maneira muito concentrada, incapaz de valorizar de forma equânime a diversidade regional do país (Pochmann, 2009: 59-69). A partir de 1980, com as políticas de desconcentração produtiva (abandonadas nos anos 1990) e a ênfase exportadora, outras regiões do país adquiriram importância na composição do Produto Interno Bruto (PIB) regional. Em que pese tal fato, a participação de cada região, no período 1996-2006, ainda revelava nítido predomínio do Sudeste, com mais de 50% do valor total do PIB nacional (IPEA, 2009: 402).

2. Metrôpoles brasileiras e globalização: o caso de São Paulo

Na dimensão urbana, longe de perderem relevância frente aos processos associados a globalização, as metrôpoles, no Brasil, experimentam mudanças profundas em seu tecido urbano y produtivo, que fortalecem – em uma nova configuração – sua polaridade econômica e demográfica. A própria ONU reconhece a primazia dos grandes aglomerados urbanos na economia global de nossa época, resultado dos emergentes vínculos entre o crescimento das cidades e os novos parâmetros da atividade econômica, organizada em sistemas (clusters) regionais (UN-Habitat, 2010: 8-10). A tabela 1, extraída de dados produzidos pelo Observatório das Metrôpoles, mostra como os núcleos metropolitanos e, mais ainda, as regiões metropolitanas do Brasil como um todo, contribuíram com a maior parcela do incremento do PIB e da população brasileira em anos recentes. Nos 37 grandes aglomerados urbanos do país residem aproximadamente 45% da população (75 milhões de pessoas) e se concentram 61% da renda nacional (Ribeiro et. al., 2009). Ressalte-se que a hipertrofia urbana provoca distorções, cuja correção ou atenuação exige ações concertadas no nível macrorregional e nacional. Já a desigualdade e concentração da renda no plano regional evidenciam-se na evolução do PIB das municipalidades. Enquanto 1% dos municípios brasileiros mais ricos concentrava 21% da riqueza do país em 1920, esse percentual elevou-se para

47% em 2007, nas 56 municipalidades mais ricas (IPEA, 2010). Confirmam-se assim a “importância e a participação das dinâmicas de metropolização nas formas atuais de distribuição da população e da organização do território no Brasil” (Moura e Cintra, 2011: 7).

Quadro 1. Brasil: metrópoles, população, incremento e PIB

Tipo de municipalidade	População (em milhões)			Contribuição para o incremento		Taxa de crescimento		PIB (R\$ milhões)				
	1991	2000	2007	91-00	00-07	91-00	00-07	2000		2005		
								PIB	(%)	PIB	(%)	Δ. (%)
Polos metropolitanos	31,9	35,9	39,1	17,7	22,6	1,3	1,2	336	30,5	449	33,2	33,7
Metrópoles	53	63,4	70,2	45	48,8	2	1,5	567	51,4	720	53,3	27,1
Total do Brasil	147	170	184	100	100	1,6	1,1	1101	100	1351	100	22,7

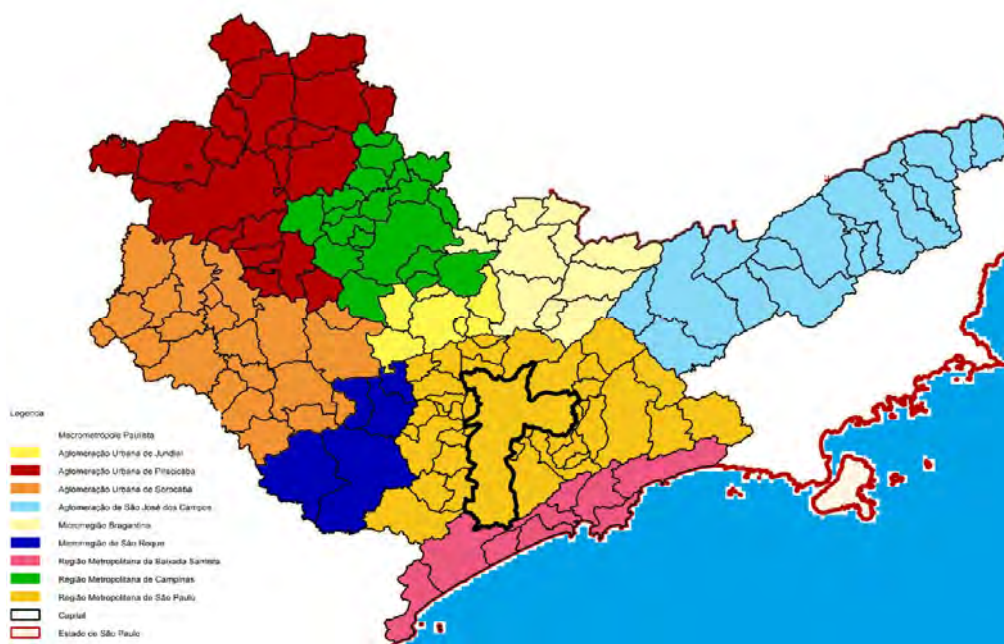
Fonte: Censos Demográficos IBGE e IPEADATA, *apud* Ribeiro *et. al.*, 2009.

No Brasil como no mundo, o fenômeno da agregação territorial de amplos espaços urbanos extrapola os limites das antigas delimitações metropolitanas, provoca o transbordamento da periferia pobre e agrava a segregação sócio-espacial. Em especial, a metrópole de São Paulo assiste a transformação acelerada de seu tradicional *status* econômico-industrial na direção de uma polaridade não somente econômica, mas marcadamente política, administrativa e cultural. Seu crescimento vertiginoso no século XX, resultado da intensa acumulação fordista (em seguida ao auge do café) que caracterizou boa parte do período, se traduziu nos planos urbanísticos e viários das décadas de 1930 e 1940, bem como na implantação da indústria automobilística, na segunda metade da década seguinte, que representaram decisivos pontos de inflexão em sua trajetória rumo a liderança na industrialização do país. Porém, a capital paulista, desde os anos 1990, se consolidou como centro prestador de sofisticados serviços corporativos e financeiros. O Estado de São Paulo caracteriza-se precisamente pela presença do mais amplo e complexo sistema de cidades do Brasil, conformando-se em seu território uma intensa rede de articulações funcionais, nucleada pelo espaço de fluxos e relações que se estabelece no entorno da RMSP. Este espaço é denominado *Macrometrópole Paulista* (MMP), sendo composto

pelas três regiões metropolitanas do Estado - São Paulo, Campinas e Baixada Santista -, por aglomerações urbanas situadas em um raio aproximado de 200 km ao redor da capital, fortemente polarizadas pela capital paulista e pelos centros urbanos que mais se beneficiaram da desconcentração produtiva e populacional da RMSP (mapas 1 e 2), verificada nas últimas décadas (SEADE e EMPLASA, 2011: 35; Lencioni, 2011). Utilizaremos, daqui por diante, essa unidade geográfica (MMP) como referência básica dos processos em curso, desencadeados a partir da cidade de São Paulo. Esta, assim, constitui o polo hegemônico de uma rede urbana, estadual, nacional e subcontinental, que multiplica centros regionais subsidiários, dotados de crescentes atributos econômicos, sociais e culturais, em áreas nas quais a metrópole dominante não mais possui condições ou interesses de capitalizar para si.

Essa nova escala de urbanização constitui uma área de enorme importância estratégica, ainda que concentre somente 16% do território do Estado de São Paulo. Nela se superpõem realidades distintas, que se distanciam da espacialização eminentemente industrial que caracterizava a RMSP até os anos 1980, e se concentram agudas contradições. As metrópoles contemporâneas são poderosos entroncamentos de redes múltiplas, policêntricas, transfronteiriças, de caráter difuso, articuladas e integradas ao redor de certos polos hegemônicos (Mattos, 2008; Gaspar, 2011a; 2001b). Contudo, a direção central do movimento de urbanização é claramente hegemônica pelo setor financeiro e as atividades a ele agregadas no conjunto do sistema econômico. Tal fenômeno, por sua vez, está correlacionado a desregulação geral, a concentração da renda e o consumo de luxo que lhe é inerente, bem como a informalidade e a precarização das atividades produtivas de baixo valor agregado. Trata-se do conjunto de atividades de gestão do capital, que envolve tarefas materiais e simbólicas, cujo epicentro, no Brasil, está na municipalidade de São Paulo. Nesse sentido, a MMP representa um microcosmo da presente fase da economia global, devido a concentração de suas principais manifestações em um mesmo território.

MAPA 1
Macrometrópole Paulista



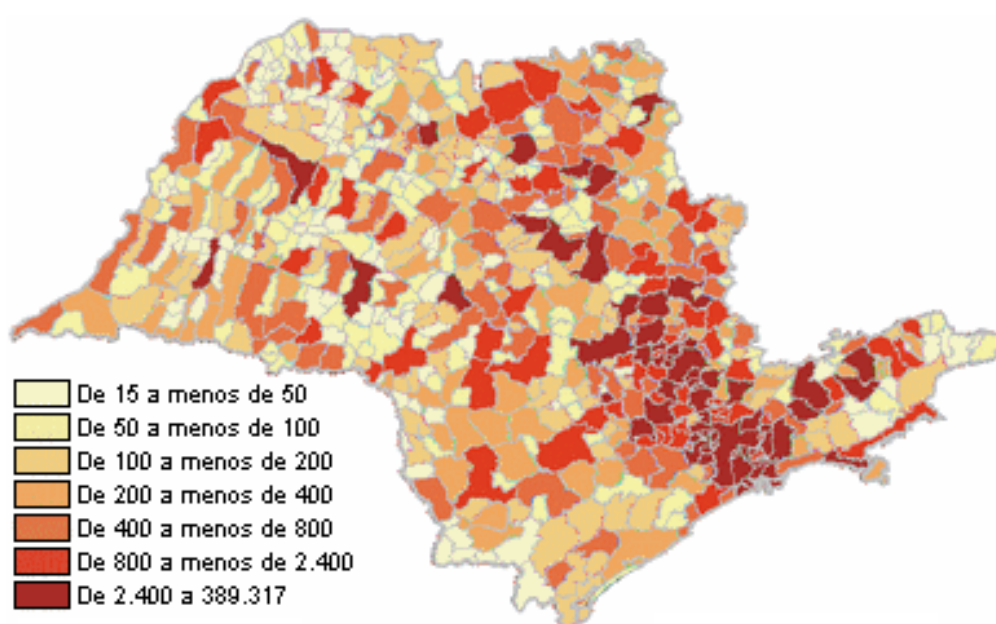
Região	Censo Populacional		Crescimento (%)
	2000	2010	
Capital	10.434.252	10.659.386	2,16
Macrometrópole	26.823.356	28.804.414	7,39
Estado de São Paulo	37.032.403	39.924.091	7,81
Brasil	169.799.170	185.712.713	9,37

Fonte: IBGE

Além do componente financeiro, e das políticas recessivas e neoliberais aplicadas pelo governo brasileiro nos anos 1980 e 1990, a recente trajetória da São Paulo metropolitana reflete a opção das empresas tecnologicamente mais avançadas, com maior coeficiente de agregação de valor, de fortalecer a concentração de empregos e da produção nas regiões sul e sudeste do Brasil. Referimo-nos a indústrias, intensivas em capital, de material elétrico e de comunicações, de material de transporte, química, de

informática e de papel, entre outras. Para elas, o que conta é a proximidade dos mercados consumidores, o acesso a melhor infraestrutura e a mais alta qualificação da mão de obra, por isso a preferência da maioria por localizar-se nas cercanias da capital paulista.

MAPA 2
Estado de São Paulo: PIB (R\$ milhões correntes) – 2009

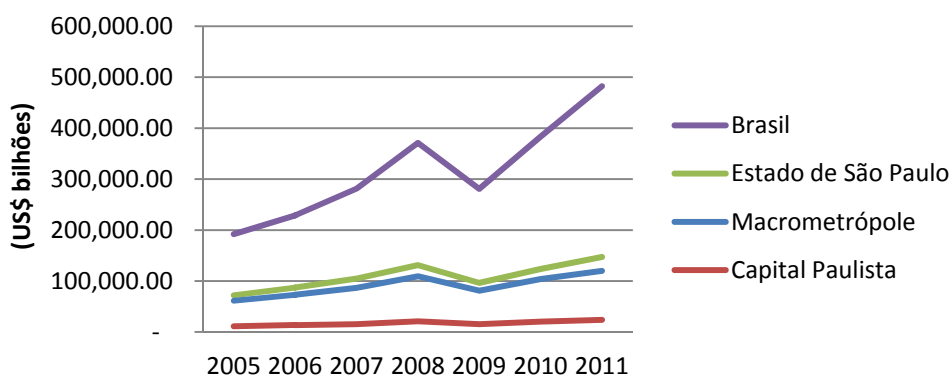


Fonte: Fundação Seade; IBGE

Isso serve também para o setor de serviços (como os complexos educacionais e de saúde) e o comércio atacadista. Empreendimentos produtivos mais tradicionais, trabalho-intensivo – como a indústria têxtil, de alimentos e de calçados – percorrem o caminho inverso, de desconcentração produtiva, rumo a outras regiões do estado ou do país. O gráfico 1 revela o deslocamento relativo das atividades produtivas da capital em direção a macrometrópole, por meio da corrente de comércio (exportações + importações) no período 2005-2011. Nos dois últimos anos, o crescimento das

importações e – principalmente – das exportações de *commodities*, explicam a curva ascendente da *performance* brasileira total frente ao desempenho das zonas tradicionais mais industrializadas, situadas no entorno da cidade de São Paulo.

Gráfico 1 . Evolução do Comércio Exterior



Fonte: MDIC

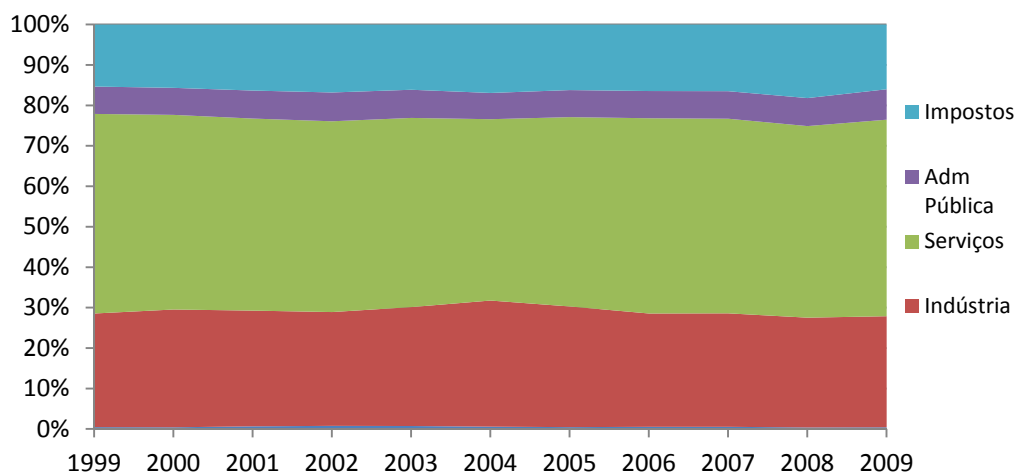
3. Reestruturação produtiva e centralidade espacial

O evidente processo de terciarização de São Paulo (presente em outras metrópoles mundiais) não pode aqui ser sinônimo simples de desindustrialização, pois, no segmento de serviços, os serviços de natureza empresarial ligados à esfera produtiva adquirem importância decisiva. O crescimento do terciário avançado na metrópole paulista deve-se, em boa medida, a base industrial existente e aos vínculos que a economia de conhecimento estabelece com a chamada economia real. São novos nexos empresariais dependentes de fluxos de informação produzidos nos núcleos (lugares) mais avançados do sistema. A desconcentração industrial relativa ocorrida nas últimas décadas no Brasil – que causou forte impacto à RMSP - seguiu um padrão hierárquico fundado no grau de inovação e dinamismo; isto é, “quanto mais moderna e dinâmica a atividade em questão, maior sua probabilidade de permanecer - ou mesmo se reconcentrar – na região

correspondente a Macrometrópole Paulista” (Abdal, 2009: 55). A integração da indústria com os serviços e o mencionado reforço, em São Paulo, de um terciário avançado, suporte da estrutura de controle econômico exercido a partir da metrópole, seguem a mesma direção (gráficos 2 e 3).

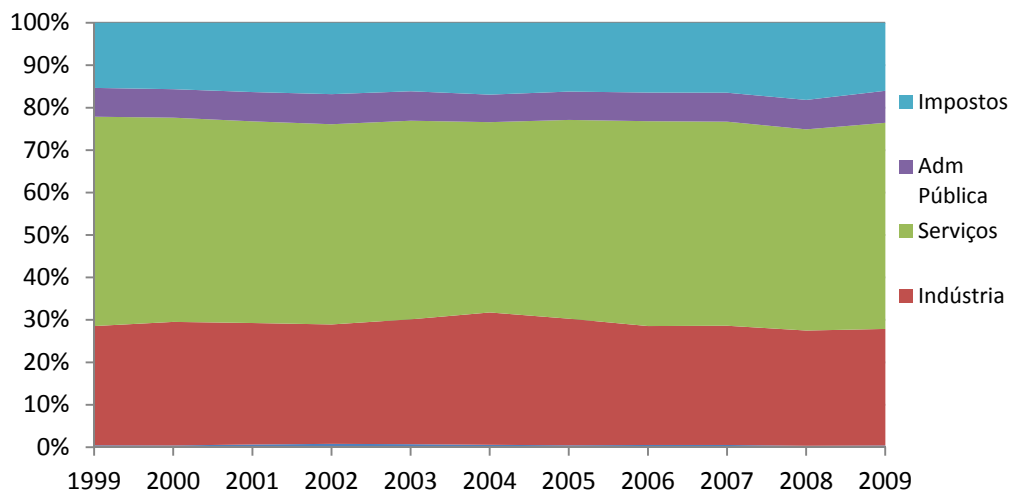
O núcleo irradiador das novas dinâmicas urbanas - o setor de serviços produtivos e financeiros - é altamente especializado e globalmente conectado. Mesmo que sua localização espacial ocupe uma pequena dimensão territorial, é desde aí que emanam os padrões contemporâneos predominantes de estruturação social e produção do espaço. Ademais, as relações sociais caracterizam-se por crescente individualização e diversificação. A mercantilização se dissemina. A crise do fordismo urbano implicou no predomínio do mercado como mecanismo de coordenação das decisões de uso do solo, aspecto este característico da cidade neoliberal (Abramo, 2012: 36). Assim, o espaço urbano propriamente dito torna-se objeto de inversões diversificadas, o que aumenta a importância das externalidades de toda ordem, associadas a processos não raro massivos de deslocamento de atividades e pessoas (Sassen, 2010). A importância do modelo de cidades globais reside precisamente no argumento, bastante convincente, de que “as capacidades para a operação, coordenação e controle globais, contidas nas novas tecnologias de informação e no poderio das corporações transnacionais, precisam ser produzidas”, e que o “foco na produção dessas capacidades desvia a ênfase na direção das *práticas* constitutivas do que chamamos globalização econômica e controle global” (Sassen, 2001: xxii – grifo no original). Quer dizer, semelhante constatação traz para o centro da cena questões envolvendo processos de trabalho, padrões culturais e conflitos políticos.

Gráfico 2 - Composição do PIB da macrometrópole de São Paulo



Fonte: IBGE

Gráfico 3 - Composição do PIB da cidade de São Paulo



Fonte: IBGE

Na RMSP, o processo de intensa reestruturação produtiva, acelerado a partir dos anos 1990, provocou um profundo impacto territorial, contudo não fez desaparecer a centralidade industrial da cidade e da região. Muitas indústrias se transferiram para um raio de 200 km ao redor da capital paulista, metrópole expandida na qual se gera o essencial dos estímulos econômicos do país. Esse espaço geoeconômico integrado, no entorno da metrópole (a MMP), constitui hoje o centro da produção industrial paulista e “expande seu território produtivo às regiões circunvizinhas, formando um complexo territorial que responde por 40% da produção industrial do país e por 90% da estadual, porcentagem que se mantém constante desde os anos 70” (Matteo, 2008: 190). O gráfico 4 e a tabela 2 evidenciam, por um lado, a perda relativa de participação dos espaços regionais no PIB nacional, e, por outro lado, a renovada centralidade econômica do macroespaço que se estrutura ao redor da cidade de São Paulo.

Tabela 2 - PIB do Estado de São Paulo, Macrometrópole e Capital Paulista (R\$ bilhões)

Ano	Macrometrópole	Capital Paulista	Estado de São Paulo	Brasil
1999	312,75	150,95	383,25	1.065,00
2000	347	160,29	424,16	1.179,48
2001	379,49	177,99	463,48	1.302,14
2002	411,86	187,95	511,74	1.477,82
2003	465,47	209,56	579,85	1.699,95
2004	520,98	225,17	643,49	1.941,50
2005	594,22	261,46	726,98	2.147,24
2006	651,29	282,89	802,65	2.369,48
2007	741,05	323,15	902,78	2.661,34
2008	827,91	356,98	1.003,02	3.032,20
2009	889,66	389,32	1.084,35	3.239,40

Fonte: IBGE

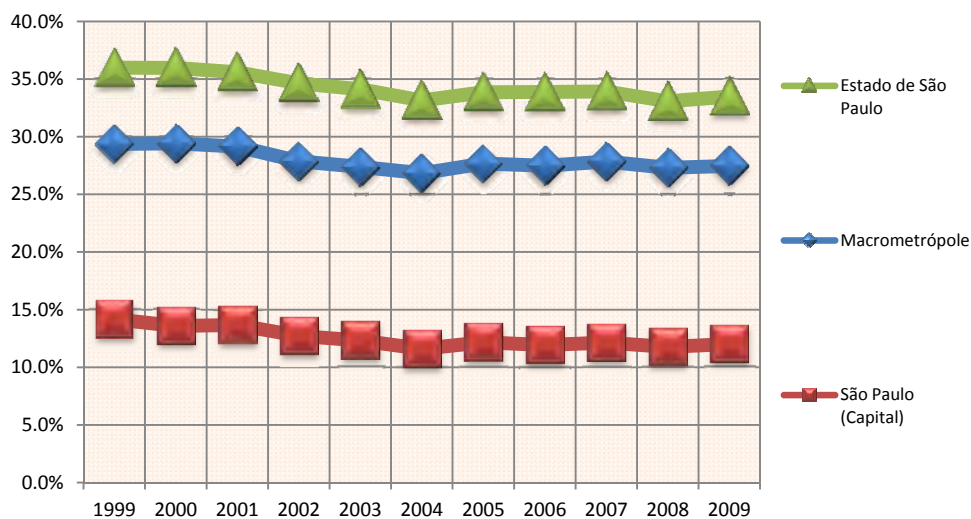
A mesma tabela 2, acima, mostra a persistência da participação da MMP e da capital no Estado de São Paulo ao longo do período 1999-2009, e a perda de participação relativa de todos esses recortes geográficos no PIB nacional, por conta da posta em marcha de políticas regionais

desconcentradoras (as inversões do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, do governo federal, e a ascensão do agronegócio): a MMP passa de 29,3% a 27,4% do PIB nacional no período, enquanto na capital paulista a alteração é de 14,1% para 12%, e no Estado, de 35,9% para 33,4%, numa década marcada pela retomada do crescimento do país com forte elevação da renda de setores mais pobres da população.

Não obstante perdas verificadas no seu aparato produtivo, o aglomerado metropolitano de São Paulo recompõe sua primazia. Os vínculos econômicos da metrópole com o restante do país se densificam e diversificam, sendo que em praticamente todos eles São Paulo reforça seu papel de comando sobre a rede urbana nacional (IBGE, 2008). Exemplo dessa condição é o *hub* aéreo dos Aeroportos de Guarulhos e Congonhas (também poderia agregar-se Viracopos, em Campinas), de dimensão nacional e subcontinental, embora sua capacidade operacional se veja ameaçada haja vista a saturação da infraestrutura de atendimento a passageiros e carga. Os gráficos 5 e 6 dão conta, tanto do excepcional desempenho do segmento de serviços na MMP, apesar da indústria seguir como importante propulsora de empregos formais, quanto da descentralização na geração de empregos, na direção de outras regiões do Brasil.

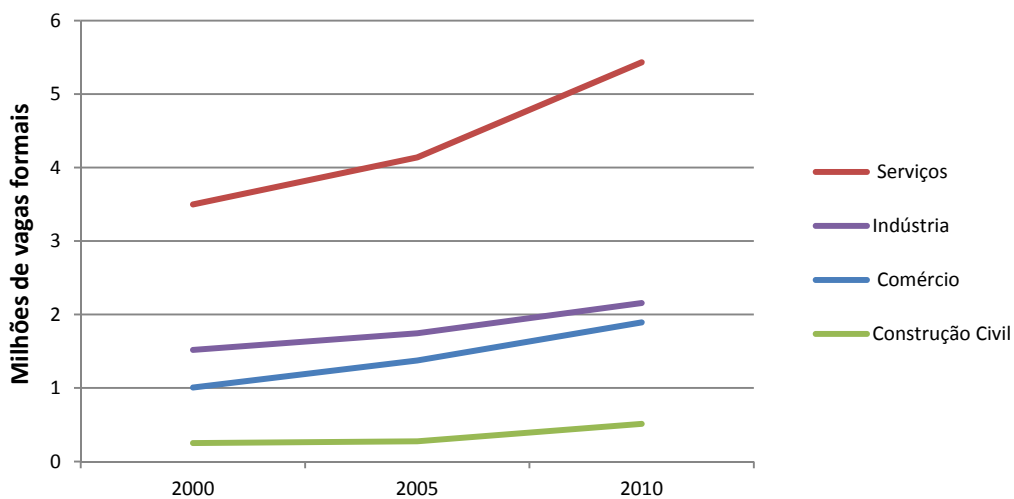
Utilizaremos, por fim, dados provenientes do valor adicionado fiscal dos municípios – base para a redistribuição do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) no Brasil – para dar conta da natureza das mudanças ocorridas no espaço econômico paulista. No gráfico 7 e na tabela 3 se percebe que cerca de 80% do peso produtivo do Estado de São Paulo reside na macrometrópole, cujos principais municípios absorveram majoritariamente o movimento de saída de empresas da capital, oriundo dos anos 1990.

Gráfico 4 - Participação no PIB nacional



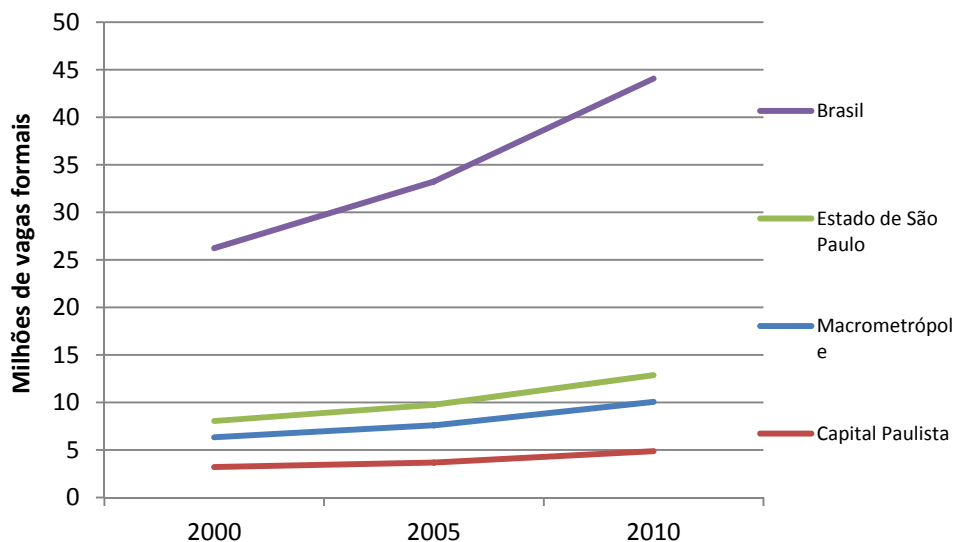
Fonte: IBGE / Fundação Seade. Elaboração própria

Gráfico 5 - Empregos formais na macrometrópole de São Paulo por setor de atividade



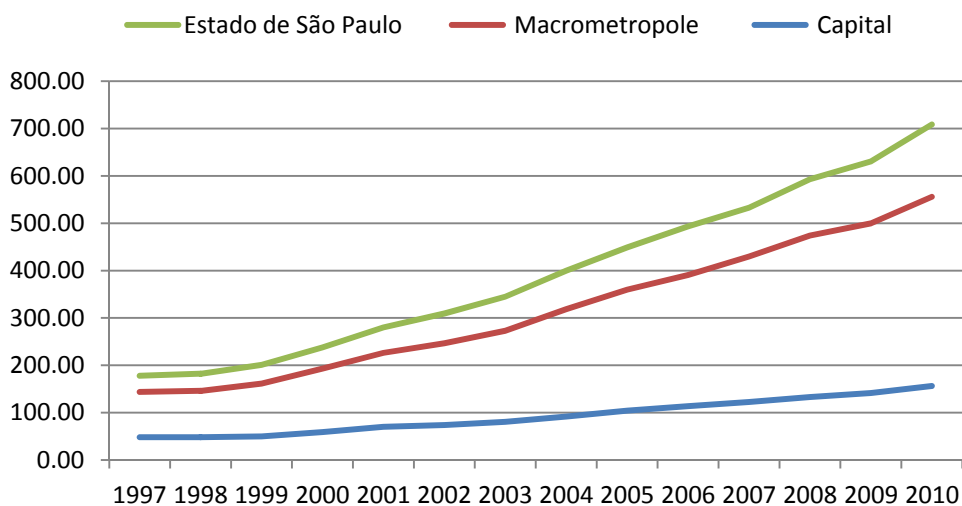
Fonte: MTE – RAIS

Gráfico 6 - Evolução dos empregos formais – Brasil e Estado de São Paulo



Fonte: MTE – RAIS

Gráfico 7 - Valor Adicionado Fiscal 1997-2010 (R\$ bilhões)



Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

É importante sublinhar que a necessidade crônica do capitalismo no sentido de encontrar saídas rentáveis para seus excedentes financeiros envolve os espaços geográficos e, nestes, a urbanização ocupa lugar proeminente. Novos espaços e relações espaciais são constantemente produzidos para dar vazão aos imperativos da acumulação de capital. Os proprietários do solo e a coalizão de interesses que se forma em torno dos investimentos imobiliários (financistas, incorporadores, políticos, empresários da construção) alargam seu poder de classe e ditam os rumos do crescimento urbano (Harvey, 2011). As metrópoles, em todo o planeta, são receptáculos prioritários dessa constante “destruição criativa” do ambiente construído. São Paulo não é diferente: construiu seu crescimento urbano, ao longo do século XX e na atualidade, seguindo os interesses do capital imobiliário, recriando o espaço em função da sua sede de lucros.

Tabela 3 - Valor Adicionado Fiscal (R\$ bilhões)

Ano	Capital	%	Macrometrópole	%	Estado de São Paulo
1997	47,93	26,96	143,73	80,85	177,78
1998	48,03	26,39	146	80,2	182,05
1999	49,96	24,87	161,38	80,32	200,92
2000	58,86	24,74	192,67	80,98	237,91
2001	70,28	25,1	226,36	80,86	279,94
2002	73,95	23,89	246,54	79,66	309,5
2003	80,62	23,37	272,87	79,11	344,93
2004	91,9	23	318,71	79,76	399,6
2005	104,35	23,24	359,98	80,17	449,01
2006	113,83	23,07	390,6	79,16	493,41
2007	122,46	22,98	429,81	80,64	533,02
2008	132,88	22,4	474,01	79,92	593,15
2009	141,41	22,43	499,88	79,28	630,54
2010	156,22	22,04	556	78,45	708,75

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Considerações finais

Concluimos, assim, que a polaridade da cidade de São Paulo se renova, assentada em diferenciada base econômica, ao tempo em que também multiplicam seus crônicos problemas. São negatividades que contrastam com um elevado dinamismo econômico e cultural. Resolver esse dilema não depende só dela, mas de outros fatores que lhe são exógenos, ainda que não refratários a sua influência. Exige uma nova política regional no país, objetivando construir uma rede policêntrica de cidades, conjugada aos fins maiores do desenvolvimento nacional (Diniz, 2009).

Em síntese, queremos deixar consignado o inegável papel polarizador das metrópoles nas condições da economia brasileira e mundial contemporâneas, pautadas pelo predomínio do trabalho imaterial e dos nexos informacionais presidindo a atividade produtiva, assim como pelo funcionamento das grandes cidades mundiais (aglomerações urbano-regionais) na qualidade de núcleos de comando, produção e difusão de mensagens. Milton Santos resume bem a particularidade da capital paulista: “Agora São Paulo passa a ser a área polar do Brasil, não mais propriamente pela importância de sua indústria, mas pelo fato de ser capaz de produzir, coletar, classificar informações, próprias e de outros, e distribuí-las e administra-las de acordo com seus próprios interesses. Este é um fenômeno novo na geografia e na urbanização do Brasil” (Santos, 2008: 59).

Estamos conscientes de que levantamentos adicionais são necessários. Outras linhas interpretativas podem surgir. Bem como, frente à complexidade e o dinamismo das mudanças na realidade contemporânea, um monitoramento permanente pode detectar alterações nas tendências vigentes. No entanto, até aqui, cremos ser possível sintetizar: a cidade de São Paulo continua sendo o eixo articulador do crescimento do país, embora reconfigurado setorial e espacialmente, atuando em uma totalidade móvel que pode ser associado – entre outras aproximações - ao perímetro macrometropolitano adotado no presente estudo. A distribuição e localização das atividades no interior do espaço metropolitano paulista e sua relação com o contexto da reestruturação econômica aponta mais para a redistribuição das atividades produtivas que para a desconcentração ou dispersão substantivas das funções urbanas

centrais. Abraçar uma visão territorial mais extensiva e integrada permite projetar padrões alternativos de uso do solo, vinculados a novas territorialidades socioeconômicas, assim como incorporar políticas em vários planos escalares, principalmente no nível nacional. Consiste desse modo premissa fundamental para a compreensão não apenas dos fenômenos em marcha na cidade-região paulista, como das transformações possíveis no âmbito de estratégias de desenvolvimento de corte democrático.

Referências Bibliográficas

- ABDAL, A. **São Paulo, desenvolvimento e espaço: a formação da macrometrópole paulista**. São Paulo, Papagaio, 2009.
- ABRAMO, P. **La ciudad com-fusa: mercado y producción de la estructura urbana en las grandes metrópolis latinoamericanas**. Revista EURE vol. 38 n° 114. Santiago, PUC-Chile, 2012.
- BRASIL. **Estudo da dimensão territorial para o planejamento**. Volume III: Regiões de referência. Brasília, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2008.
- DINIZ, C. C. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. In: **Nova economia: revista do departamento de ciências econômicas da UFMG** vol. 19 n° 2. Belo Horizonte, UFMG/FACE/DCE, 2009.
- GASPAR, R. C. **Las ciudades en la globalización: economía, espacio y poder**. Saarbrücken, LAP LAMBERT Academic Publishing & Co., 2011a.
- _____. A economia política da urbanização contemporânea. **Cadernos Metrópole** vol. 13, 2011 (n° 25). São Paulo, EDUC, 2011b.
- HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo, Boitempo, 2011.
- HOLANDA, S. B. de (2006). **Raízes do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras (edição original: 1936).
- IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.
- IPEA. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Vol. 2. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2009.
- LENCIONI, S. A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento** n° 120. Curitiba, 2011.

- MATTEO, M. **Alem da metrópole terciária**. Tese de doutoramento. Campinas, Instituto de Economia da UNICAMP, 2008.
- MATTOS, C. A. de. Globalización, negocios inmobiliarios y mercantilización del desarrollo urbano. In: MONTÚFAR, M. C. (coord.). **Lo urbano en su complejidad: una lectura desde América Latina**. Quito, FLACSO Ecuador; Ministerio de Cultura del Ecuador, 2008.
- MOURA, R. e CINTRA, A. **Dinâmicas territoriais da população: primeiros resultados do Censo 2010**. Nota Técnica IPARDES nº 22. Curitiba, IPARDES, 2011.
- POCHMANN, M. **Qual desenvolvimento? oportunidades e dificuldades do Brasil contemporâneo**. São Paulo, Publisher Brasil, 2009.
- RIBEIRO, L. C. de Q.; RODRIGUES, J. M.; SILVA, E. T. **Esvaziamento das metrópoles e festa do interior?** www.observatoriodasmetrololes.ufrj.br, 2009.
- ROMERO, J. L. América Latina: as cidades e as idéias. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2009.
- SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo, EDUSP, 2008.
- SASSEN, S. The global city: London, New York, Tokyo. 2nd edition. New Jersey, Princeton University Press, 2001.
- _____. Cities in today's global age. In: UNESCO. World social science report 2010: knowledge divides. Paris, UNESCO; International Social Sciences Council, 2010.
- SEADE e EMPLASA. Estudo da morfologia e da hierarquia funcional da rede urbana paulista e regionalização do Estado de São Paulo. São Paulo, Fundação SEADE e Secretaria de Economia e Planejamento do Governo do Estado de São Paulo, 2011.
- UN-HABITAT. **State of the world's cities 2010/2011: bridging the urban divide**. Nairobi, UN-Habitat; London, Earthscan, 2010.